

A sociedade precisa participar das soluções de segurança pública

Projeto de qualificação profissional em Minas Gerais já certificou 12 mil presos e, destes, mais de 2,5 mil foram inseridos no mercado de trabalho

Por Cledorvino Belini

02/08/2024 05h01 · Atualizado há uma semana

Presentear matéria



— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O tema da segurança pública é cada mais relevante e urgente para a sociedade, à medida que se tornou uma das preocupações centrais da população brasileira, conforme atestam de modo unânime as sondagens de opinião.

Ao contrário de outras deficiências e mazelas brasileiras, que afetam segmentos ou grupos sociais específicos, a falta de segurança pública atinge todos os extratos

sociais. É um fator de redução da qualidade de vida de toda a sociedade. Os altos índices de criminalidade implicam gastos adicionais crescentes com proteção patrimonial e pessoal. Também são um fator ponderado nas decisões de investimentos, pois a alta incidência de atos de violência em determinado território desestimula a instalação de novos negócios. Em outras palavras: um país conflagrado não é atraente para investidores.

Leia também:

Sócios do 'B2B' do BTG Pactual fazem acordo para deixar banco

Afinal, quem é o dono da Voepass? Entenda

Ao mesmo tempo em que o tema se dissemina por todas as faixas de renda e níveis sociais, também está afeto a todos os níveis de poder, sendo responsabilidade conjunta e compartilhada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Sua

abordagem requer, portanto, integração e coordenação de esforços a fim de gerar soluções eficientes.

Nenhuma autoridade ou candidato a autoridade pode desconsiderar o assunto. Pressionados pelas pesquisas de opinião, os pré-candidatos às eleições municipais de outubro próximo demonstram que a segurança pública será um dos principais temas dos debates e dos programas de governo.

Por sua complexidade, porém, as soluções vão além da esfera pública. A insegurança de fato e a percepção social que se tem sobre ela atingiram um nível tão elevado que é preciso que a própria sociedade se envolva com o problema. Esse propósito mobilizou, anos atrás, o Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), composto pelos presidentes das maiores empresas do Estado, e resultou na criação do Instituto Minas pela Paz em 2007. Trata-se de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) sediada em Belo Horizonte, que, a partir de uma visão de iniciativa privada, tem a missão de transformar a vida de pessoas vulneráveis ao idealizar e desenvolver soluções práticas de inclusão social e profissional, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de proteção à sociedade.

O Minas pela Paz expressa na sua concepção a reação do setor industrial mineiro à crescente preocupação com a segurança pública e a consciência de que a sociedade civil organizada pode ajudar a formular, aportar e desenvolver soluções efetivas para problemas coletivos. Desde o princípio, busca uma abordagem ampla e em perspectiva do tema, entendendo que é necessário agir em vários níveis simultaneamente. É urgente combater o crime, mas também é preciso compreender e enfrentar suas causas, a fim de atuar sobre as condições que induzem à violência e à criminalidade.

A primeira ação do Instituto foi anunciada em novembro de 2007: o lançamento do Disque Denúncia 181, serviço que reúne em uma mesma central de atendimento a recepção de chamadas telefônicas com denúncias anônimas de crimes e sinistros. O sistema inovou ao assegurar total anonimato ao denunciante e ao unificar o serviço de atendimento e de registro de denúncias da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Ao centralizar o atendimento, a atuação em parceria integra a inteligência policial e reforça a agilidade na capacidade de ação das forças de segurança. Outro aspecto pioneiro da iniciativa foi a parceria entre o governo de Minas Gerais, a Fiemg e grandes empresas, demonstrando que a soma de esforços públicos e privados é um caminho fundamental para resultados efetivos.

O mesmo modelo de parceria foi a base para a segunda iniciativa do Minas pela Paz, lançada em 2009 - o Programa Pró-APAC, de ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional por meio da qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho, executado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). Grandes empresas de Minas Gerais abriram suas portas para receber e ressocializar os recuperandos por meio do trabalho.

O objetivo do Programa Pró-APAC é levar qualificação profissional às unidades prisionais, incentivar e propiciar aos recuperandos aprenderem e atuarem profissionalmente. É uma ação para reverter o quadro desolador do sistema prisional, que não cumpre a função de recuperação do apenado para posterior reinserção na sociedade. Ao contrário: tornou-se em espaço sobre o qual o Estado não tem controle adequado.

O Sesi, Senai, Senac, Senar e o Sebrae são aliados nessa iniciativa e viabilizaram, entre os anos de 2009 e 2023, a certificação de 12 mil presos. Destes, mais de 2,5 mil recuperandos e egressos foram inseridos no mercado de trabalho e atuam diretamente em ações que geram renda para si, para suas famílias e para apoio e manutenção das próprias APACs.

Cada vez mais o Minas Pela Paz concentra-se em duas frentes com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social. O Projeto Trampolim é uma iniciativa que, desde 2014, atua para a inclusão social de jovens e adolescentes que estão em cumprimento ou já cumpriram medidas socioeducativas.

A tecnologia social desenvolvida pelo Projeto Trampolim foi ampliada através de sua utilização no Programa Descubra, a partir de 2019. Esse programa é o resultado de uma cooperação interinstitucional inédita, que congrega esforços de 11 órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, e tem por objetivo promover o acesso de adolescentes e jovens, em condição de vulnerabilidade social, a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional. Centenas de jovens foram contratados por empresas a partir dessas iniciativas.

A essência desses programas é fomentar a educação não formal, em complemento ou alternativa à educação formal estruturada, em ambientes baseados na comunidade ou na sociedade civil. Assim, milhares de pessoas jovens e adultas, atendidas por esses projetos, têm recebido a chance de mudar suas vidas e de suas famílias a partir da educação.

Ao longo de 17 anos, temos articulado parceiros e instituições e somado esforços públicos e privados em torno da ideia de que é possível transformar a segurança pública a partir da atuação nas causas sociais, investindo em educação e fortalecendo as políticas públicas. Aprendemos que, se o problema é complexo, as ações precisam ser articuladas para fazerem a diferença.

Cledorvino Belini é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Minas Pelas Paz.